

RESENHA

RICHARD, Carl. J. *Why we're all Romans. The Roman contribution to the Western world*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2010. Pp. 301. ISBN: 978-0-7425-6778-8.

Gilberto da Silva Francisco¹

É evidente a atual importância dada aos estudos enquadrados no campo que se convencionou chamar “Recepção da Antiguidade”. O que antes era posicionado como tema de menor interesse começa a ganhar força a ponto de estruturar linhas de pesquisa independentes em destacados centros de Estudos Clássicos. Por exemplo, a *University of Bristol* tem uma linha de pós-graduação intitulada “Recepção dos Clássicos” (*Classical Reception*), o que também é observável em outras instituições como a *Cambridge University* e a *University College London*; o que só é ratificado pelo crescimento de publicações nessa área, e o próprio tema da recepção, como fenômeno acadêmico, começa a ser estudado.²

É justamente nesse contexto que o historiador da *University of Louisiana*, Carl J. Richard, publicou o livro *Why we're all Romans. The Roman contribution to the Western world* em 2010 (doravante, RICHARD, 2010); publicação bastante coerente com os interesses desse pesquisador que, desde 1994, concentra-se na questão da recepção dos clássicos no pensamento dos Estados Unidos da América, sobretudo no campo das instituições políticas.³ Assim, essa publicação de 2010 constitui-se uma espécie de condensação dos argumentos apresentados de forma desarticulada ao longo de sua obra, e certo amadurecimento de certas questões. A principal delas é a relação entre o conteúdo clássico (pensado como grego e judaico/hebraico)⁴ projetado para o Ocidente pelos romanos, o que já aparecia, de forma similar em algumas

¹ Pós-doutorando MAE/USP; e-mail: gisifran@gmail.com

² Algumas publicações recentes abordam tais questões. Ver, por exemplo, Hardwick, 2003; Martindale, 2008; Hardwick & Stray, 2011 e Brockliss, 2011.

publicações anteriores (ver, por exemplo, RICHARD, 2003, p. 1-2), pensando-se nesse esquema como base, não apenas da história do EUA, mas do que se compreende como Ocidente (basicamente, EUA e Europa). É essa ideia que aparece com argumentação ampliada na sua publicação de 2010.

O livro é dividido em dez capítulos, mais introdução e epílogo,⁵ os quais podem ser pensados em três grandes áreas não claramente apresentadas pelo autor. A primeira delas compreende o prefácio e o epílogo, criando um discurso circular focado na caracterização do Ocidente como herdeiro das chamadas “civilizações clássicas”, inclusive hierarquizando-as: os gregos e hebreus abaixo dos romanos, o que já é acenado na introdução e recuperado com peso de ampla argumentação “comprobatória” ao longo da obra com bastante ênfase. A outra parte, compreendida entre os capítulos 1 e 3, trata do excepcionalismo e originalidade romanos. E, por fim, a última (entre os capítulos 4 e 10) discute a mobilização de elementos gregos e hebraicos pelos romanos. É, assim, a partir dessa divisão que o livro será apresentado.

Já de início (Prefácio, p. xi-xv), Richard insere-se em um debate bastante tradicional sobre a base clássica do Ocidente evocando, como já fizera antes (RICHARD, 2003, p. 1), a fórmula do poeta inglês Percy B. Shelley “somos

3 Richard concentra-se, sobretudo, na linha da História Intelectual. Nos últimos anos, a maior parte das suas publicações está ligada à recepção dos clássicos no pensamento norte-americano. Além do livro aqui tratado, ver Richard 1994, 2003, 2008 e 2009. A única obra que não trata especificamente da recepção dos clássicos nesse período (RICHARD, 2006) também está conectada ao debate sobre a sua importância. Além de várias citações à Grécia, Roma e Israel, essa conexão é explicitada na introdução dessa publicação: “Embora os Estados Unidos sejam uma nação jovem, a maior parte de seus imigrantes trouxe com ela uma cultura firmemente enraizada na civilização ocidental cujas origens repousam em Israel e na Grécia. Isso significa que não se pode entender a história do pensamento americano sem a compreensão da teologia cristã e de vários conceitos gregos, incluindo a soberania popular, as leis naturais e o governo misto” (*Although the United States is a young nation, most of its early immigrants brought with them a culture firmly rooted in a Western civilization whose origins lay in ancient Israel and Greece. This means that one cannot understand the history of American thought without a comprehension of Christian theology and various Greek concepts, including popular sovereignty, natural law, and mixed government* – RICHARD, 2006, p. x).

4 Richard não faz qualquer distinção entre os termos “judeu”, “hebreu” e relacionados, utilizando-os como sinônimos. Aqui, por conveniência da redação, será utilizado o sentido mais abrangente – “hebreu”.

5 O livro, ainda, contém uma lista de ilustrações (indicando as 21 figuras que aparecem ao longo do livro – mapas, esquemas de reconstituição e fotografias de monumentos e outras construções diversas – todas em preto e branco), uma seção com sugestões comentadas de outras leituras (p. 285-88), um índice das fontes das citações longas ao longo do texto (p. 289-92) e índice onomástico (293-300).

todos gregos” (RICHARD, 2010, p. xi), ratificando-a e propondo certa ampliação – “somos todos hebreus também” (*Idem*) –, e isso porque os “romanos nos fizeram gregos e hebreus” (*Ibidem*). Com isso, o autor parte para uma distinção das contribuições e o estabelecimento de certas hierarquias entre elas. Dos hebreus, o Ocidente teria herdado a noção de religião monoteísta e a equalização espiritual; dos gregos, a arte, a arquitetura, vários campos da literatura e a democracia (o elemento mais importante para Richard).

Na sequência, destacando a atuação romana na condensação e projeção desses elementos, o autor argumenta fortemente em tom hierárquico a favor da posição de Roma como entidade político-cultural mais destacada nesse processo: teria sido a república romana, e não a democracia ateniense, o principal modelo para os estados modernos, a língua clássica mais difundida no Ocidente é o latim e não o grego, e a noção de monoteísmo hebraico foi difundida por um cidadão romano – Paulo –, assim como Jerônimo, Ambrósio e Augustinho, “pais dos primeiros tempos da igreja” (RICHARD, 2010, p. xii). E, ainda, o nome pelo qual conhecemos a principal liderança do cristianismo, Jesus, é proveniente de sua versão latina – *Iesus* – (*Idem*).

Entretanto, é na sequência que sua argumentação conecta mais fortemente a base romana e seus “herdeiros” ocidentais. O autor assume que os romanos não eram tão criativos quanto seus antecessores, mas reforça que eles nunca receberam passivamente as contribuições dos gregos e dos hebreus; e, mais que isso, o auge da sua criatividade estaria nos seus herdeiros – os estados modernos ocidentais (RICHARD, 2010, p. xii-xv). Há, nesse sentido, uma clara ideia de “recepção de contribuições”, a partir da qual as criações gregas e hebraicas são fortemente instrumentalizadas em face da atuação romana, e a ideia de continuidade do império romano para além da Antiguidade, o que vai ser ratificado no epílogo.

O tom do epílogo (p. 283-4), assim, está ligado às propostas de continuidade da atuação dos romanos, sobretudo a partir da noção de império: Carlos Magno, rei dos francos (século VIII), Carlos V, rei da Espanha (século XVI), Luís XIV, rei da França (século XVII), Napoleão, na França (século XIX), Hitler, na Alemanha, e Mussolini, na Itália (século XX), todos são vistos como

proponentes da restauração do império romano. E, mais que isso, a própria União Europeia é incluída nesse repertório de propostas, assim como os EUA, o qual o autor indica, ao longo da obra, como fortemente influenciado pela base romana. Mas, distinguindo o modelo europeu e o norte-americano, Richard diz que o legado europeu está mais ligado à ideia de império e o norte-americano, à república, a qual o autor avalia de forma mais positiva.

Outra parte do livro (compreendida entre os capítulos 1 e 3) apresenta a história de Roma e de seu potencial criativo. O capítulo 1 (“Roman history in brief”, p. 1-41) é dividido em 12 partes, das quais é possível perceber algumas subáreas: a) aspectos ambientais e culturais (a descrição do espaço e de traços culturais que foram a base para a narrativa contada); b) da vila ao império (a narrativa do excepcionalismo romano na construção de um império a partir de uma pequena cidade subjugada inicialmente, destacando-se, sobretudo, a constituição da república romana); c) O império (compreendido entre a “morte” da república e a “ruína” do império – uma narrativa estruturada entre dois referenciais caracterizados pela noção de declínio); e d) temas relacionados (mulheres na república e cotidiano no império).

O tom da narrativa é preponderantemente focado na história política e claramente constituído a partir de dados historiográficos. Não há uma ampla apresentação de fontes do período, e quando elas aparecem, endossam argumentos já desenvolvidos. Quanto à narrativa, ela assume um tom bastante tradicional (o autor não apresenta as propostas variadas para a constituição de uma história de Roma), e é caracterizada, na sua maioria, pela apresentação sequencial de biografias de imperadores. O termo *romanização*, por exemplo, é utilizado sem qualquer contextualização do conceito ou do debate atual relacionado a ele.

É devido perguntar sobre a adequação de uma longa narrativa da história de Roma (o capítulo mais longo do livro) em uma obra cujo interesse é diverso. O autor indica-nos o caminho para pensar nessa questão: o objetivo declarado é oferecer um “pano de fundo”, não como parte constitutiva da argumentação que aparecerá na sequência, mas para entender como se estruturou o excepcionalismo romano. Assim, a história da construção do

estado romano explicaria, em parte, como se deu a mobilização de elementos gregos e hebraicos, tema que começa a ser trabalhado posteriormente.

Ainda nessa parte, os dois capítulos seguintes (“Administration and law”, p. 43-54, e “Engineering and architecture”, p. 55-81) apresentam elementos ligados à eficiência e originalidade romanas em campos importantes: a legislação e a produção do espaço. O primeiro, dividido em quatro partes, apresenta a narrativa da construção de um aparato administrativo sob a égide da prosperidade e da paz (*pax romana*). Assim, teria sido um império próspero e eficiente que teria proporcionado um ambiente de constituição de leis baseadas nos princípios de justiça e imparcialidade.

Na sequência, a discussão do aparato material da construção civil é dividida em duas subáreas: engenharia e arquitetura. É interessante notar que, diferente de muitas publicações importantes sobre o tema que identificam certo diálogo entre formas arquitetônicas gregas e a sua apropriação pelos romanos (o que é fortemente destacado em Vitruvius), Richard prefere apresentar soluções de engenharia e de arquitetura especificamente romanas. Por exemplo, na primeira subárea, as estradas e aquedutos e, na segunda, vários tipos de construções caracterizadas pela tecnologia do arco em aduela, fortemente integrada à arquitetura romana.

A mensagem que fica é clara: nesses dois capítulos são destacadas criações romanas sobre as quais qualquer contribuição grega é atenuada ou mesmo negada. Pensando na estrutura da obra, essa sequência é bastante significativa, já que ela é aberta com claros argumentos a favor de certa valorização hierárquica dos romanos em detrimento dos gregos e hebreus. Logo depois, a narrativa da história de Roma ressaltando-se seu caráter excepcional e, na sequência, dois importantes campos que ratificam a originalidade romana nesse cenário. É apenas depois que as “contribuições” gregas e hebraicas aparecem, na outra grande área do livro. E, cabe dizer, as contribuições gregas são mais valorizadas.

A última parte, a maior na obra (praticamente 2/3 do livro), é voltada para as contribuições gregas e hebraicas. Trata-se, na verdade, de uma apresentação de vários elementos caracterizados a partir de três subáreas:

anteriores gregos (cap. 4-8), contribuição greco-hebraica no período romano (cap. 9) e anteriores hebraicos (cap. 10); e se observa que há um interesse mais consistente em discutir a relação entre gregos e romanos, em detrimento daquela com os hebreus.

A primeira subárea, é composta pelos capítulos “Epic and lyric poetry” (p. 83-109), “Speeches, letters, and agricultural manuals” (p. 111-34), “Philosophy” (p. 135-63), “Historical writing” (p. 165-93) e “Comedy and Satire” (p. 195-222). Todos eles são divididos em dois grupos: os precursores gregos e os desenvolvedores romanos. Assim, para a épica e poesia lírica, de um lado Homero, Hesíodo, Arquíloco, Safo, Anacreonte, Calímaco e Teócrito, e do outro, Ênio, Catulo, Virgílio, Horácio e Ovídio. Para os discursos, cartas e manuais de agricultura, entre os gregos está Demóstenes e Xenofonte, e entre os romanos, Cícero, Plínio, Columela entre outros. E a lógica é a mesma nos capítulos seguintes.

Entretanto, essa aparente balança que conecta esses gêneros a partir de precursores gregos de um lado e de desenvolvedores romanos do outro é caracterizada pela hierarquia que Richard vai desenvolvendo ao longo da obra. Em todos esses capítulos, apesar de reconhecer um alto grau intelectual e artístico dos autores gregos, é o envolvimento romano com esses gêneros que será destacado a ponto de o argumento repousar na ideia de equiparação entre gregos e romanos, mas também de superação por parte destes. Por exemplo, no que se refere ao gênero história, Richard (2010, p. 192) diz que “diferente dos espartanos e dos germânicos, os romanos não apenas escreveram história, mas a escreveram de forma soberba”. E, mais que hierarquizar do ponto de vista qualitativo, Richard destaca que essas importantes criações dos gregos foram projetadas para o Ocidente pelos romanos.

O capítulo 9 (“Greek and Jewish contributions in the Roman Era”, p. 223-50) apresenta uma mudança na narrativa – trata-se de criadores gregos e hebreus no seio do império romano. É importante notar que, mesmo que o título do capítulo fale de contribuições gregas e hebraicas, são as contribuições gregas que são amplamente destacadas. Quanto à contribuição hebraica, de forma quase isolada, aparece o nome do historiador Flávio Josefo. No campo

das artes, história, filosofia e ciência, teria havido uma importante contribuição greco-hebraica dentro de parâmetros romanos. Assim, foi a estabilidade e prosperidade do império que teria favorecido a ação desses criadores gregos e hebreus. E, mais que isso, a patronagem romana feita por aristocratas e imperadores teria favorecido a ação de filósofos e cientistas gregos; e, no cenário mais amplo, o desenvolvimento de certa dependência desses criadores com relação à patronagem.

O último capítulo (“The rise and Romanization of Christianity”, p. 251-82), então, é o que apresenta a referência político-cultural tratada de forma menos profunda no texto – as “raízes hebraicas”, que são fortemente constrangidas para compor uma narrativa coerente entre sua base monoteísta entre os séculos IX e VI a.C., o desenvolvimento do cristianismo no século I a.C., sua apropriação no império romano no âmbito da ação dos imperadores Constantino e Teodósio e, sobretudo, sua “romanização”. Descrevendo-se, assim, um cenário de conexão forte entre cristianismo e o aparato político-cultural romano que só enfrentaria uma séria oposição no contexto das reformas protestantes, apresentadas como “rebelião antirromanização” (RICHARD, 2010, p. 281).

A proposta de Richard nessa publicação, assim, desenha-se a partir de um forte referencial da identidade entre a experiência romana antiga, que se apropriou e criou sobre contribuições greco-hebraicas, projetando-as para a história do Ocidente. Entretanto, o autor não discute a questão da recepção de forma ativa. Parece que somos fruto de um processo que começa na Antiguidade e que continua de forma linear. Seríamos, a partir disso, passivos no processo de recepção e ativos na continuação do que os romanos iniciaram. Ou seja, nessa perspectiva somos ainda romanos, o que é evidentemente complicado, se se pensa que o processo de recepção é bastante ativo e que a ideia de herança cultural, calcada na noção de tradição, é geralmente calcada em severas seleções de conteúdos e experiências históricas precisas (HOBSBAWN, 1992, p. 1-15), o que não é minimamente tratado por Richard.

A visão tradicional é claramente observada na própria mobilização que Richard faz, logo no prefácio, da fórmula de Shelley, ratificando-a e a ampliando

para os hebreus e, principalmente, aos romanos. Shelley, mesmo no século XIX, sofrera críticas pelo exacerbado tom filelênico de sua proposta (“somos todos gregos”), enquanto autores propunham que somos todos cristãos, hebreus e romanos também.⁶ Dessa forma, Richard recupera o debate do século XIX, replicado em parte do século XX, de forma confirmatória... É preciso dizer que, recentemente, há várias propostas críticas a esse tipo de formulação.⁷ Ser “grego”, “hebreu” ou “romano”, mostra-se, nesse novo cenário, abertamente insuficiente no âmbito de discussões multiculturalistas.

A perspectiva pós-colonialista, com tons multiculturalistas, apresenta cenários de identidades diversificadas e complexas e críticas consistentes aos esquemas imperialistas que sustentaram uma origem comum ocidental concentrada em um patrimônio grego, hebraico e romano. Parece que, mesmo para sustentar a visão mais tradicional, é preciso discutir as novas propostas, o que é abertamente ignorado na publicação de Richard.

E, como pode ser observado na leitura de seu livro, o alheamento dos debates mais recentes acaba proporcionando posições complicadas como a construção de uma narrativa tradicional, focada em “grandes personagens”, a hierarquização entre experiências de povos diferentes, a observação parcial entre contatos e a própria apresentação pouco precisa de alguns deles. Tudo isso fica claro quando praticamente todo processo apresentado é submetido a uma história política de Roma em torno de biografias de governantes, a hierarquização observada entre os romanos, gregos e hebreus, a instrumentalização de suas criações frente a ação romana, a romanização como pressuposto e, por fim, a apresentação do patrimônio espiritual hebraico sem, ao menos, discutir as especificidades do “ser hebreu” e “ser judeu”.

6 Para a ampliação da proposta de Shelley no século XIX e início do XX, ver Dods, 1886, p. 816; Birdwood, 1891, p. 869; Sonnenschein, 1905, p. 24-5; Stanton, 1909, p. 240 e Angus, 1929, p. 2-3.

7 Mesmo no século XIX e início do XX, a proposta de Shelley recebia algumas críticas; ver, por exemplo, Wells, 1886, p. 46 e *The Sociological Review*, vol. 2, 2-4, 1909, p. 304. Para algumas críticas mais recentes, ver Cartledge, 1993, p. 182; Morris, Raaflaub & Castriota, 1998, p. 9; Shohat & Stam, 2006, p. 91-4 e Higgins, 2010, p. 2.

Bibliografia

ANGUS, Samuel (1929) **The religious quests of the Graeco-Roman world:** a study in the historical background of early Christianity. New York: Biblo & Tannen Publishers.

BIRDWOOD, George (1891) The 'Tughra' of the sultans of Tuirkey. **Journal of the Society of Arts**, vol. 39, p. 867-9.

BROCKLISS, William (2011) **Reception and the Classics: an interdisciplinary approach to the classical tradition.** Cambridge: Cambridge University Press.

CARTLEDGE, Paul A. (1993) **The Greeks:** A portrait of self and others. Oxford: Oxford University Press.

DODS, Marcus (1886) Christianity and civilisation. **Good Words**, vol. 27. London: Alexander Strahan and Co., p. 815-20

HARDWICK, Lorna (2003) **Reception studies.** New York; Oxford: Oxford University Press.

HARDWICK, Lorna & STRAY, Christopher (2011) (eds.) **A companion to Classical receptions.** Oxford: Blackwell Publishing.

HIGGINS, Charlotte (2010) **It's all Greek to me:** from Homer to the Hippocratic oath, how ancient Greece has shaped our world. New York: Harper Collins Publishers LLC.

HOBBSAWN, Eric (1992) **The invention of tradition.** Cambridge: Cambridge University Press
MARTINDALE, Charles & THOMAS, Richard F. (2008) **Classics and the uses of reception.** Oxford: Blackwell Publishing.

MORRIS, Ian; RAAFLAUB, Kurt A. & CASTRIOTA, David (1998) **Democracy 2500?:** questions and challenges. Dubuque: Kendall/Hunt Publishing Company.

RICHARD, Carl J. (1994) **The founders and the Classics:** Greece, Rome, and the American Enlightenment. Cambridge: Harvard University Press.

_____. (2003) **Twelve Greeks and Romans who changed the World.** Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield.

_____. (2006) **The battle for the American mind:** A Brief History of a Nation's Thought. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield.

_____. (2008) **Greeks and Romans bearing gifts:** How the Ancients Inspired the Founding Fathers. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield.

_____. (2009) **The golden age of the Classics in America:** Greece, Rome, and the Antebellum United States. Cambridge: Harvard University Press.

SONNENSCHNEIDER, E A (1905) Shakspeare [sic] and Stoicism. **The University Review**, vol. 1, p. 23-41.

STANTON, Theodore (1909) **A manual of American literature.** New York: G. P. Putnam's sons.

SHOHAT, Ella & STAM, Robert (2006) **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação.** Trad.: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify.

WELLS, James (1886) **Christ and the Heroes of Heathendom.** London: Religious Tract Society.

